



A REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DAS  
MULHERES EMPRESÁRIAS EM PORTUGAL

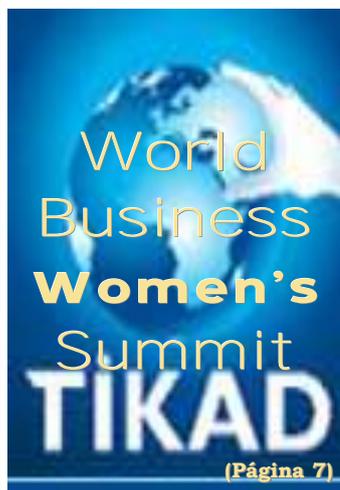
newww

# EMPRESÁRIAS

ANO 15 - N.º 3 - 3.º QUADRIMESTRE DE 2008 - DIRECTORA: MARIA TERESA D'AVILA - GRÁTIS

## Calendário de feiras

(Página 16)



(Página 7)

## Editorial

Um novo  
ano, uma  
nova luta

(Página 2)

## ÍNDICE

- 2 Editorial
- 4 Divulgação
- 9 Artigo



(Página 8)



(Página 10)



Os tempos são difíceis. Muito difíceis, dizem-nos. Inundam-nos a vista, os ouvidos, a alma. Diz-se que uma mentira tantas vezes repetida se torna verdade.

**Quantas “verdades” adquirimos desta forma ao longo dos últimos anos?**

**As dificuldades acrescidas no acesso ao crédito, a honorabilidade das instituições que ditavam as suas regras e exigências foi-se construindo qual teia que a tantos incautos e porque não, incautas apanhou, destruiu, devorou.**

Por vergonha não se dão a conhecer. Refugiam-se em si próprios, fecham portas e janelas a **amigos, a colegas a... familiares. O esforço de uma vida de trabalho, de investimento, de poupança esvaiu-se no instante de uma notícia ampliada, ecoada por jornais, telejornais, semanários.**

O fisco, inexorável e cego vai batendo às portas. Àquelas que ainda se mantêm teimosamente abertas. E os seus agentes, surdos aos argumentos mais legítimos, às reclamações graciosas com carimbo antecipado e codificado internamente NÃO DEFERIDO vão-se entretendo na contabilização dos *incentivos* entretanto auferidos, quais comissões de um qualquer caixeiro viajante ou de vendedor bem apessoado no seu blazer azul.

Afirmam algumas **“não há nada a fazer”** ou **“este País já foi”** ou ainda **“eu quero é ir embora”**, **“o País? Ele não quer saber de mim. Eu já não quero saber dele”**.

Portugal é um dos países mais antigos da Europa. Nele se miscenizaram tantas etnias, tantas culturas e saberes. Na sua longa História só teve como soberano estrangeiro três castelhanos, num período de 60 anos mas... nunca foi conquistado.



Também nós, empresárias não vamos baixar os braços. Vamos lançar mão dos instrumentos ao dispor, reivindicar o que é nosso por direito, lançar mão do nosso engenho e arte.

É nos tempos de crise que se revela a fibra da empreendedora. Que se recorre ao sacrifício como meio de atingir a meta.

A meta está ao nosso alcance.

Não vamos desistir.

Não vamos consentir que nos intimidem.

Quando chegar a hora apresentaremos as nossas razões, as nossas candidaturas.

Também nós, empresárias, temos que dizer e fazer na vida política.

Um novo ano, uma nova luta.

Sem desfalecimentos nem temores.

O nosso engenho e tenacidade são a razão do nosso sucesso.



Maria Teresa d'Avila



## SER MULHER, SER EMPRESÁRIA

Texto na primeira pessoa da **sócia Odete Rocha, titular da empresa Duarte da Rocha, Lda.**

Difícil é muitas vezes coordenar a actividade de empresária com os afazeres inerentes à mulher que dirige a casa e a família.

Todavia, apesar dessas dificuldades, creio que ao optar pela carreira de empresária consegui realizar-me, satisfazer o meu ego, lutar, ir em frente, tomar decisões na hora certa.

Cedo comecei a integrar-me nos meandros do mobiliário, dado que o meu pai era empresário nessa área para além de outras.

Fiz o curso de contabilista no Instituto Comercial do Porto, hoje Instituto Superior de Contabilidade e regresssei a esta terra que tanto gosto que é Aveiro.

Estagiei durante 6 meses numa grande empresa na época, a Metalurgia Casal, para onde fui convidada a trabalhar.

E aqui se deu a revolução completa da minha vida. Sendo filha única e tendo o meu pai nessa altura

outra empresa para gerir, a então Cerâmica da Amarona, convidou-me a ingressar nesta empresa, ou a ficar na gerência do comércio de mobiliário. Optei pela última, após um mês de profunda reflexão na minha vida, já que o ordenado que me era oferecido na empresa onde estagiei era aliciante.

Ingressei na minha empresa com ideias soltas, e imaturas, que se foram estruturando no decorrer dos anos e com a inevitável aquisição de experiência.

Dado que queria fazer outro curso, matriculei-me entretanto no Instituto Alemão, mas ao fim de

dois anos senti que não tinha tempo para compatibilizar a gerência, a contabilidade, ser esposa, ser estudante e tive que desistir.

Mas como gostava muito de estudar, no ano seguinte matriculei-me em Filosofia. Ao fim de um ano tive também que desistir e decidir de uma vez por todas que era impossível conciliar o trabalho na empresa com muitas outras actividades.

A empresa tinha nessa altura 24 funcionários, o modo de trabalhar e as exigências eram diferentes e grande parte do mobiliário era feito e acabado nas suas oficinas. Comecei então a descobrir outros gostos e aspirações, brotou então a paixão pela decoração.

Fiz dois cursos de decoração no Porto, comecei a visitar feiras e rapidamente entendi que era nessa área que desejava trabalhar. Tornou-se aliciante o estudo de cada espaço, idealizar, coordenar cores, desenhar móveis.

Continuei, todavia, a actualizar-me na Contabilidade, com cursos de formação que ainda hoje frequento.

Esta é a história de uma pequena empresária, que continua a lutar, a investir, a actualizar-se, a enfrentar os tempos difíceis em que vivemos e sobretudo a lutar para que aos seus funcionários não falte trabalho nem salário mensal. Não posso dizer que neste momento é fácil ser empresária, pois nunca na vida senti tantas dificuldades, mas o meu grupo de trabalho merece todo o meu esforço e o meu apoio e lutarei por eles e pelo bom nome da empresa até ao limite das minhas capacidades e energia.

Odete Rocha





# Progresso das Mulheres do Mundo



## Quem responde às Mulheres?

### Género e Responsabilização

O UNIFEM é o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres. Este fundo proporciona apoio financeiro e técnico para programas e estratégias inovadoras e para promover a capacitação das mulheres e a igualdade de género. Sendo o avanço dos direitos humanos das mulheres a prioridade mais premente dentre as suas iniciativas, o UNIFEM propõe-se reduzir a pobreza das mulheres, pôr fim à violência contra elas, reverter a propagação do VIH/SIDA entre as mulheres e raparigas e alcançar a igualdade de género em governação democrática em tempos de paz e de guerra.

Os pontos de vista expressos na publicação são os dos autores e não representam necessariamente os pontos de vista do UNIFEM, da Organização das Nações Unidas nem de nenhum dos organismos filiados.

O relatório integral está disponível em: [www.unifem.org/progress/2008](http://www.unifem.org/progress/2008).

Deste relatório reproduzimos as suas conclusões.

**Q**uem responde às mulheres? As indicações retratadas em todo o Relatório sugerem que apesar das generosas garantias formais de igualdade, o progresso para muitas mulheres, particularmente as mais pobres e marginais, tem sido demasiadamente lento. De cada vez que os sistemas legais ignoram as injustiças cometidas que são vividas pelas mulheres, de cada vez que os sistemas de serviço público respondem às necessidades das mulheres apenas em relação a papéis tradicionais estritamente definidos e de cada vez que as estruturas de oportunidade nos mercados favorecem as empresas masculinas ou limitam as mulheres a emprego de baixo rendimento, deparamo-nos com uma falha de responsabilização que reforça a desi-

gualdade entre géneros.

O Progresso 2008/2009 argumenta que o alcance da igualdade entre géneros depende da construção da responsabilidade dos detentores de poder relativamente às mulheres de forma a que estes sejam responsáveis pelo cumprimento dos compromissos para com os direitos das mulheres e a igualdade entre géneros. Como foi demonstrado pelos casos de estudo destacados neste Relatório, houve algum progresso. Na década passada, houve um melhoramento marcado nas respostas nacionais às necessidades das mulheres nalgumas áreas, tal como a educação. Tais sucessos sugerem que, onde existe a responsabilização, o progresso é possível, mesmo quando os recursos são escassos.

O Progresso 2008/2009 mostra que o fortalecimento da responsabilização é um projecto tanto político como técnico. A dimensão técnica envolve mudanças concretas na prorrogação ou mandato de instituições para assegurar que estas respondem às necessidades das mulheres. Também envolve mudanças nos procedimentos operacionais, medições de desempenho, sistemas de incentivo e práticas das instituições como fim de garantir a implementação destas prorrogações. No entanto, conseguir estas alterações técnicas é um processo político: a pressão e poder político são necessários para verificar que os mandatos se traduzem em práticas alteradas e que os incentivos são criados para que haja mudanças na “cultura profunda” das instituições.

### Uma base para a responsabilidade sensível ao género

O relatório Progresso das Mulheres do Mundo 2008/2009 dá-nos uma base para a compreensão e construção de responsabilização para com as mulheres e responsabilização pela igualdade entre géneros. Com base nos indícios



retratadas neste Relatório, sugere que os sistemas de responsabilização que funcionam para as mulheres contêm dois elementos essenciais:

- *As mulheres participam em todos os processos de fiscalização*

AS instituições de responsabilização sensível ao género devem assegurar que os decisores respondem às mulheres que são mais afectadas pelas suas decisões. Isto significa que as mulheres devem ter o direito de pedir explicações e justificações - elas devem ser participantes de pleno direito em debates públicos e processos de delegação de poder.

- *Os sistemas de responsabilização devem tornar o progresso da igualdade entre géneros e dos direitos das mulheres num dos padrões a partir dos quais se avalia o desempenho dos representantes oficiais*

Os detentores de poder devem responder pelo seu desempenho no progresso dos direitos das mulheres. Os padrões de diligência e probidade adequados na detenção da confiança pública deve incluir a igualdade entre géneros como um objectivo de acção pública.

De forma a incorporar estes dois elementos nas reformas institucionais com o fim de promover a responsabilização, este Relatório concentrou-se nas mudanças que se mostraram eficazes na obtenção de responsabilização sensível ao género em três áreas fundamentais: mandatos, procedimentos e cultura e atitudes.

*Mandatos:* Se a prorrogação formal de uma instituição não mandar os seus membros a construir a igualdade entre géneros, as prorrogações podem ter de ser corrigidas. Há apenas 20 anos atrás, os compromissos constitucionais e legislativos concretos para com os direitos das mulheres e a igualdade entre géneros eram escassos. Hoje em dia, vemos países a adoptar leis contra a violência doméstica e a mutilação genital feminina, fortalecendo as políticas de protecção social a trabalhadores de sectores informais, assim como a desenvolver contratos modelo de forma a proteger as mulheres migrantes

*Procedimentos:* Quando o ambiente normativo melhora, mas a situação das mulheres -

especialmente as mais desfavorecidas - fica na mesma, isto só irá aumentar a crise de responsabilização. As leis devem traduzir-se em instruções e incentivo para os representantes

oficiais responsabilizáveis; os procedimentos de desempenho medidas, monitorização, revisão e correcção alterados devem fazer com que as mulheres participem na avaliação da acção pública e na exigência de respostas. O acesso das mulheres aos processos de fiscalização deve ser facilitado, inclusivamente dirigindo-se a restrições específicas ao género relativamente ao tempo, mobilidade, alfabetização legal ou rendimento disponível das mulheres.

*Cultura e atitudes:* Um projecto a longo prazo de defensores da igualdade entre géneros em todo o mundo foi a alteração dos preconceitos culturais contra as mulheres arraigados profundamente nas culturas. O seu ponto de partida tem sido frequentemente o protesto contra os preconceitos culturais em instituições informais, como a família ou as comunidades construídas com base em relações familiares, religião ou laços consuetudinários.

### As mulheres estão a alterar o significado e os métodos de responsabilização.

Por todo o mundo, as mulheres chefiaram o caminho na exigência de respostas pelo abuso dos seus direitos e, neste processo, alteraram as expectativas relativamente à responsabilidade e até os métodos para a obter. Existem vários padrões comuns nestes esforços.

- Primeiro, os defensores da igualdade entre géneros pediram que a igualdade entre géneros fosse incluída entre as normas contra as quais as acções públicas são avaliadas. Eles fizeram isto através de alterações às constituições nacionais, revisão controlo jurisdicional e desafios legais a decisões do governo e através da aprovação de convenções internacionais sobre os direitos das mulheres.

- Segundo, os defensores da igualdade entre géneros lutaram contra a exclusão do processo de tomada de decisão e fóruns de fiscalização pedindo que fossem instituídas medidas

especiais temporárias, tais como quotas para mulheres, a nível de governo nacional e regional, em conselhos de administração de corporações e na administração pública.

- Terceiro, as mulheres e os seus aliados procuraram um compromisso directo nos processos de responsabilização e fiscalização através de mecanismos como a consulta às prioridades de despesa de desenvolvimento nacionais, a comités de vigilância e estudos de grupos de utentes sobre a distribuição dos recursos públicos ou naturais. Institucionalizaram as análises orçamentais sensíveis ao género a nível local e nacional e lutaram pelo direito à participação em fóruns tradicionais de justiça dos quais tinham sido excluídas anteriormente devido apenas ao seu género.

- Quarto, quando estas tentativas não obtiveram resultados, as mulheres e os seus aliados estabeleceram processos de responsabilização paralelos como os cartões de informações e audiências públicas sobre a atribuição de recursos públicos. Estes fóruns paralelos foram bastante eficazes nos contextos em que os cidadãos transformaram o direito à informação numa questão de interesse público.

### Fortalecer a “voz” das mulheres para exigir a mudança

A responsabilidade pode ser construída sobre a pressão política para a mudança, ou pelo encorajamento da competição entre fornecedores públicos e capacitando os cidadãos individuais, tanto mulheres como homens, a utilizar o poder de mercado para escolher entre estes. Enquanto que os sinais sugerem que ambas as abordagens mostram resultados, com muitas reformas a combinar elementos de ambos, este Relatório nota que as abordagens com base oral são, frequentemente, mais prometedoras para as mulheres, especialmente as mulheres pobres. Isto deve-se ao facto da capacidade das mulheres para exercerem a escolha ser forçada. A acção colectiva das mulheres tem sido historicamente – e ainda é – um meio poderoso das mulheres na derrota dos constrangimentos

impostos pelo controlo individual masculino, assim como pela classe e outras barreiras.

Qual a origem da liderança e influência da voz das mulheres? Este relatório torna claro que as mulheres devem estar presentes em todos os níveis do processo de decisão - no governo, na economia e a nível comunitário. Em todos estes contextos, o caminho mais rápido para a derrota da resistência fixa contra a liderança das mulheres é frequentemente a implementação de medidas especiais temporárias, como as quotas. Medidas positivas como estas têm sido aplicadas há algum tempo na política eleitoral, e a aplicação mais recente nos quadros de gestão empresariais corporativos e de gestão de topo mostra como são uma forma eficaz de derrubar os obstáculos estabelecidos no sector privado. As medidas especiais podem mesmo ser aplicadas a instituições tradicionais, como foi visto nas requisições para incluir as mulheres nos tribunais dos anciãos nos sistemas de justiça tradicionais no Ruanda (Capítulo 5), ou nos lugares reservados a mulheres nos fóruns de chefia tradicionais no governo local na África do Sul (Capítulo 3). Mas as medidas especiais temporárias, apesar da sua utilidade, não são suficientes por si só, para garantir que as mulheres têm influência ou poder sobre o processo de tomada de decisão.

Estas medidas devem ser acompanhadas de alterações em pelo menos dois outros contextos institucionais. Primeiro, as mulheres e os homens que fazem parte do processo de decisão devem ser apoiados por grupos que exigem a igualdade entre géneros de forma activa. Segundo, a capacidade institucional deve ser construída para garantir a implementação eficaz daquilo que pode ser tomado, por vezes, como políticas de igualdade contra-culturais. Este relatório sugeriu que a mobilização das mulheres é frequentemente muito eficaz quando se torna aparente ao público geral que os direitos das mulheres e a igualdade entre géneros são do interesse público mais amplo. O poder dos defensores da igualdade entre géneros é expandido de forma significativa quando não são apenas mulheres a mobilizarem-se pelos direitos das mulheres.

## World Business Women's Summit *Istambul, 21 a 23 de Novembro, 2008*

A TIKAD, Associação de Mulheres Empresárias da Turquia membro da NEWWW, organizou uma cimeira sob o tema: "World Business Women".

Empresárias de países da Europa e da Ásia reuniram-se para discutir diversas matérias com intervenções de especialistas. As várias intervenções dos oradores versaram os seguintes temas:

- Economia
- Tecnologias de comunicação
- Sector Têxtil
- Cultura e Turismo
- Saúde
- Educação e Recursos Humanos
- Ambiente e Energia
- Comércio Internacional

A Cimeira constituiu-se como óptimo veículo para o desenvolvimento de solidariedade empresarial internacional, plataforma de negócios e desenvol-

vimento de novas relações empresariais.

**A Presidente da AMEP, Dr.ª Maria Teresa d'Avila** foi uma das palestrantes convidadas. Apresentou o potencial económico português na plataforma internacional. A palestra deu a conhecer as oportunidades oferecidas por Portugal e como podem ser usadas na internacionalização com as empresas estrangeiras. Tratou igualmente do desenvolvimento das relações comerciais Luso/Turcas e do seu peso na economia nacional.



As várias empresárias presentes demonstraram grande entusiasmo e interesse pelas oportunidades que Portugal proporciona.



## 3º Fórum Hispano/Marroquino

28 e 29 Outubro de 2008

Cádiz, Espanha

A AMEP esteve presente no 3º Fórum de empresárias Hispano/Marroquinas que decorreu na cidade espanhola de Cádiz.



A organização esteve a cargo da AMEP-Asociación de Empresarias y Profesionales de la Provincia de Cádiz.



O fórum, que contou com a presença de empresárias portuguesas, destina-se a criar um espaço de fortalecimento das relações empresariais, projectando a coesão e colaboração económica entre os países do triângulo atlântico/mediterrânico.

As sócias AMEP Carla Rodrigues e Maria Teresa d'Ávila foram as representantes da AMEP que levaram até às suas congéneres espanholas e



marroquinas as várias oportunidades disponibilizadas pela nossa associação.



Já conhece a Linha de Crédito PME Investe II, do IAPMEI?

A – Condições

### 1. Condições a observar pelas empresas

- Ser PME certificada pela Declaração Electrónica do IAPMEI;
- Encontrar-se localizada (sede social) no Continente;
- Integrar-se nas actividades (CAE) de acordo com a seguinte tabela e as listas anexas ao documento anexo “Condições e Procedimentos”

Actividades CAE elegíveis		
	Lisboa	Outras regiões Continente*
<b>Plafond Geral</b>	Lista B	Lista A
Linhas específicas		
<b>Comércio</b>	Lista C	
<b>Restauração</b>	Lista D	

\* inclui Algarve

\* Listas A, B, C e D anexas ao documento “Condições e Procedimentos”

- Não ter incidentes não justificados junto da banca e/ou situação regularizada na Administração Fiscal ou na Segurança Social;
- Não ter sido beneficiária da Linha PME Investe I
- Não ter beneficiado dos incentivos do QREN para as aplicações a financiar
- Não apresentar mais do que uma candidatura à Linha

2. Taxa de juro a suportar pelas empresas  
Euribor (3 meses) menos 0,5%

### 3. Incentivos Públicos

- Bonificação de juros (diferencial entre a taxa de juro aplicável à operação e a taxa de juro suportada pela empresa) e pagamento integral da comissão de garantia mútua;
  - Garantia Mútua até 50% do montante da operação;
- Os apoios são concedidos ao abrigo do regime comunitário de auxílios de mínimos.

### 4. Montante máximo por operação

em milhares de €	PME Líder	Outras
<b>Plafond Geral</b>	1.000	750
Linhas específicas		
<b>Comércio</b>	300	250
<b>Restauração</b>	200	200

### 5. Prazos de amortização

- Até 4 anos (5 anos no caso das PME Líder);  
Inclui 18 meses de período de carência

### 6. Operações elegíveis

Aplicação:

Operações de financiamento destinadas a:

- Investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos, excluindo a aquisição de terrenos, imóveis, viaturas e bens em estado de uso
- Fundo de maneio associado ao incremento da actividade com os seguintes limites:

Elegibilidade do Fundo de Maneio

em % do total da operação

	Lisboa e Algarve	Outras regiões Continente
<b>Plafond Geral</b>	Não elegível	30%
Linhas específicas		
<b>Comércio</b>	35%	
<b>Restauração</b>	Não elegível	30%

### Operações não elegíveis:

- Reestruturação financeira e/ou consolidação de crédito vivo;
- Substituição de forma directa ou indirecta, ainda que em condições diversas, de financiamentos anteriormente acordados com o Banco protocolado;
- Financiamento de projectos apoiados no âmbito do QREN;
- Operações excluídas do âmbito de aplicação do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação – SAFPRI (nº 4 do artigo 8º do respectivo Regulamento).

B – Montante Global

Montante da Linha de Crédito por plafonds

em milhares de €	Total	Distribuição regional		
		Lisboa	Algarve	Outras regiões do Continente
<b>Montante total da Linha</b>	1.000.000	175.000	90.000	735.000
<b>Plafond Geral</b>	750.000	131.000	75.000	544.000
Linhas específicas				
<b>Comércio</b>	200.000	35.000	10.000	155.000
<b>Restauração</b>	50.000	9.000	5.000	36.000

(Continua na página 15)

## 2ª Semana da Igualdade Ferreira do Alentejo 17 de Novembro de 2008

Promovida pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (CMFA) a *II Semana da Igualdade* contou este ano com o contributo da nossa Associação.

A sessão contou com intervenções dos seguintes intervenientes:



- Dr. Aníbal Reis Costa, Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (CMFA)



- Dr.ª Maria Teresa d'Avila, Presidente AMEP



- Dr.ª Luísa Castanheira, do Millennium BCP



- Dr. Sérgio Seco, do Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento da CMFA.

A intervenção da Dr.ª Maria Teresa d'Avila, "Os dez mandamentos da empresária de sucesso" foi recebida com particular interesse por parte da audiência.

A sessão terminou com três testemunhos de empresárias locais e uma sessão de esclarecimentos/debate.

## Reunião da Rede de mulheres portuguesas activas nas áreas de segurança e defesa

Lisboa, 14 de Novembro de 2008

A AMEP esteve presente na reunião da Rede de mulheres portuguesas activas nas áreas de segurança e defesa promovida pela deputada no Parlamento Europeu Ana Gomes. Esta reunião contou com a presença do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. João Cravinho e da Dr.ª Giji Gya, Membro da WIIS-Bruxelas e Directora Executiva da ISIS Europe.

A ISIS é uma Organização Independente de pesquisa criada em Bruxelas, em 1955. Tem como

manutenção de paz, controlo das armas e desarmamento.

No campo da Segurança e Género trabalha para elevar o conhecimento das perspectivas de género em todos os níveis de tomada de decisão relativos a questões de segurança e gestão de conflitos.

Promove a implementação de políticas e directrizes europeias.



objectivo fortalecer as abordagens comuns de prevenção de conflitos, gestão de crises, criação e



Advoga o envolvimento das mulheres em actividades de prevenção de conflitos na União Europeia e alberga o WIIS (Women In Internacional Security) em Bruxelas.



Outras reuniões estão agendadas para o próximo ano.

## Confraria da Água

Curia, 21 de Setembro de 2008

A AMEP esteve presente na entronização da sócia AMEP Dulcinêa Loureiro. São membros da Confraria outras empresárias com quem a AMEP confraternizou.



A Confraria da Água – Associação de Provadores de Água de Portugal é uma entidade que abraçou a nobre missão de promover, defender e valorizar as Águas Naturais Portuguesas, enquanto bem essencial à vida.

Assim, a Confraria da Água, tendo em vista a promoção e o conhecimento das águas, bem como a

confraternização entre todos os que se associam à Água realizou o seu terceiro capítulo no Hotel das Termas em Curia.

Entre outros, este evento foi composto por celebração eucarística, palestra sobre as qualidades termais/medicinais das águas, cerimónia de entronização de novos membros, entre eles a sócia AMEP Dulcinêa Loureiro, com almoço e vários momentos culturais e lúdicos que procuraram enaltecer a água, suas características e potencialidades.



## Retratos de Trabalho

Porto, 5 de Novembro de 2008

A Presidente da AMEP, Maria Teresa d'Avila, apresentou uma palestra sobre "A Indústria dos Condutores Eléctricos do séc. XX: o papel das mulheres na sua criação e desenvolvimento" no dia 5 de Novembro, no Porto, integrada no encontro promovido pelo Museu da Indústria do Porto e pela Cidade das Profissões no âmbito da iniciativa "Retratos do Trabalho" – Exposição + workshops.



## Confraternização de Natal Clube dos Empresários 17 de Dezembro de 2008

A AMEP organizou um almoço de Natal no Clube dos Empresários, em Lisboa, no dia 17 de Dezembro que contou com a presença de empresárias de diversos ramos de actividade e de um grupo de empresárias da AMAP – Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. As duas associações estão neste momento num promissor processo de integração e fusão. Assim, as sócias AMAP são bemvindas na nossa Associação.

O encontro estreitou os laços criados entre as duas associações e constituiu uma oportunidade de partilha de experiências nas diferentes áreas empresariais.



(Continuação da página 9)

### C – Processo de Candidatura e Decisão

1. A PME contacta um dos Bancos protocolados indicados em anexo com vista a apresentar a sua candidatura à Linha de Crédito
2. Após análise e aprovação da operação, o Banco envia à Sociedade de Garantia Mútua (SGM) da área geográfica da sede da PME, os elementos necessários à análise do enquadramento da operação para efeitos de obtenção da garantia mútua, devendo a SGM comunicar a sua decisão ao Banco num prazo compreendido entre 3 e 7 dias úteis
3. Obtida a aprovação da operação pela SGM, o Banco apresenta a candidatura para enquadramento da ope-

ração à PME Investimentos, devendo o enquadramento da operação ser confirmado num prazo de 5 dias úteis

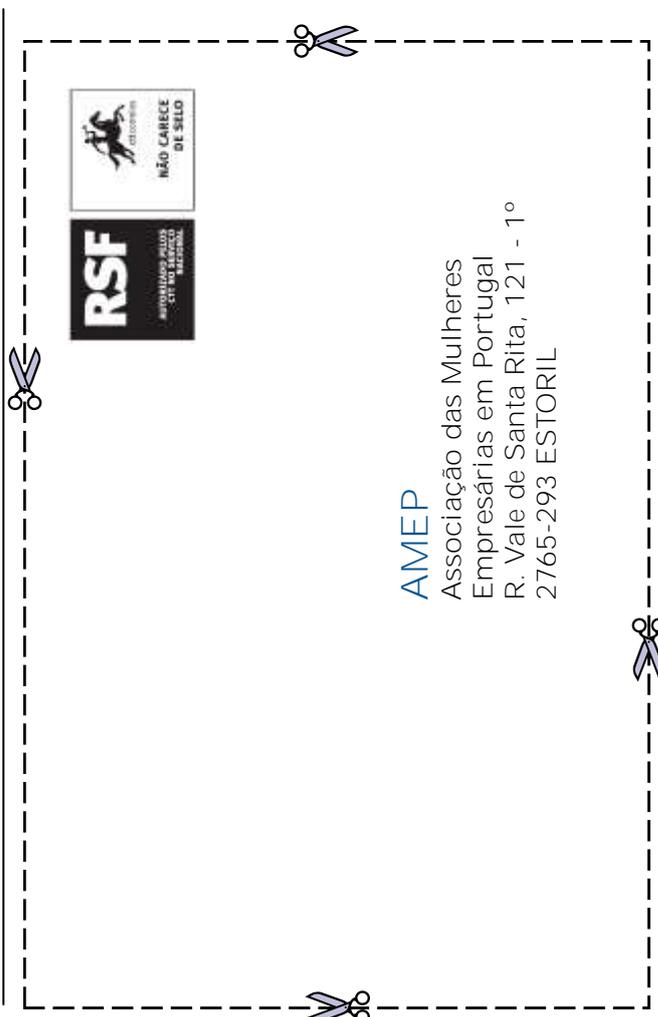
4. Após confirmação do enquadramento da operação na Linha de Crédito, a operação aprovada deverá ser contratada pelo Banco junto da PME até 30 dias úteis após a referida confirmação. Este prazo poderá ser prorrogado por 20 dias úteis mediante pedido fundamentado
5. Os pedidos dos Bancos junto das Sociedades de Garantia Mútua terão início no dia 27 de Outubro de 2008 às 8h30
6. A recepção pela PME Investimentos dos pedidos de enquadramento tem início no dia 7 de Novembro de 2008 às 8h30



Envie as suas sugestões, fotografias, notícias que serão objecto da nossa melhor atenção.

Se tiver necessidade de saber algo sobre financiamentos, apoios, informações, etc., não hesite em contactar-nos para a morada existente na Ficha Técnica deste jornal.

Ficamos pois a aguardar as suas questões.



## CALENDÁRIOS FEIRAS

1º Trimestre 2009



IVULGAÇÃO



JANEIRO		
9-11	EXPONOIVOS	Feira de Serviços e preparativos para o casamento
21-25	BTL	Bolsa de Turismo de Lisboa
23-25	18º SMOP	Salão Profissional de Moda
FEVEREIRO		
7-15	NAUTICAMPO	Salão de Campismo, Caravanismo, Desporto, Piscinas, Caça, Pesca e Mergulho
7-15	LISBOA BOAT SHOW	Salão Internacional Náutico de Portugal
26-28	PRO-DIGIT@L	4º Salão Internacional de Impressão, Imagem, Comunicação Digital e Têxtil Promocional
MARÇO		
5-8	SIMEQ	Salão Inter. de Máq. e Equip.pt/ Construção, Agro-Floresta, Trat. de Resíduos e Reciclagem
5-8	AGROTEC	Salão Inter. de Agricultura, Floresta, Pecuária e Espaços Verdes
18-21	SEGUREX	Salão Internacional da Protecção e da Segurança
19-22	PAPERGIFT	Salão Inter. de Papelaria, Material Didáctico, Brinquedo, Brinde, Festas e Decoração

## EMPRESÁRIAS

SIM, quero continuar a receber esta revista  
 Opinião sobre a revista: \_\_\_\_\_

SIM, quero ser contactada para me tornar membro da AMIEP

Nome: \_\_\_\_\_  
 Empresa: \_\_\_\_\_  
 Morada: \_\_\_\_\_  
 Código Postal: \_\_\_\_\_

## CALENDÁRIOS FEIRAS

1º Trimestre 2009



IVULGAÇÃO



JANEIRO	
De 16 a 18	EXPONOIVOS - Feira de Serviços e Preparativos para o Casamento
De 17 a 18	EXPOSIÇÃO CANINA - Exposição Canina Inter. do Norte
De 29 a 1/2	INTERDECORAÇÃO - Casa, decoração e brinde
FEVEREIRO	
De 4 a 8	CONCEPTA - Feira Inter. de Arte, Cultura e Indústrias Criativas
De 4 a 8	TEMPUS - Salão Internacional dos Museus e do Património
De 12 a 15	QUALIFICA - Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego
MARÇO	
De 3 a 7	EXPORT HOME - Mobiliário, Iluminação e Artigos de Casa para Exportação
De 21 a 29	EXPONOR INHOUSE - Salão da Casa ao Jardim - Mobiliário, Decoração, Iluminação e Piscinas
De 11 a 14	IMOBITUR - Salão Imobiliário do Porto



- FICHA TÉCNICA -

Propriedade/Edição/Impressão: AMEP - Associação das Mulheres Empresárias em Portugal NIPC: 502918500 Directora: Maria Teresa d'Ávila Design e Artes Gráficas: J. Costa Periodicidade: Quadrimestral Tiragem: 5.000 Exemplares Registo: 117972 Depósito Legal: 76978/94 Morada: R. Vale de Santa Rita, 121 - 1º - 2765-293 ESTORIL - t 21 467 87 60 - f 21 145 49 46 - e amep@netcabo.pt - www.amep.pt - Grátis